



"COMBATI O BOM COMBATE!"

Entrevista exclusiva com o ex-secretário de Polícia Civil

MARCUS AMIM

ANDERSON MORAES
COLECIONA REALIZAÇÕES
QUATRO MESES À
FRENTE DA SECTI.

pág.3

CABO FRIO: NOVO
GOVERNO PROMETE
'CHOQUE DE ORDEM'
NA CIDADE.

pág.10

FELIPINHO RAVIS
DESPONTA COMO JOVEM
LÍDER NA BAIXADA
FLUMINENSE.

pág.16

SEGURANÇA PÚBLICA É
PAUTA DE ENCONTRO DE
LIDERANÇAS EM CAXIAS.

pág.18

A ALERJ TAMBÉM DEFENDE AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

As doenças raras atingem cerca de 65 pessoas em cada 100 mil habitantes. Atenta a essa realidade, a Alerj criou o Estatuto da Pessoa com Doença Crônica Complexa e Rara para garantir o acesso a um atendimento preferencial, adequado e de qualidade no serviço público. Essa medida garante, ainda, auxílio para filhos de famílias de baixa renda, gratuidade no transporte público, prioridade na matrícula em escolas públicas e privadas, além de promover o combate a qualquer tipo de discriminação.



Lei 10.317/24



Lei 10.315/24



Lei 10.323/24



SAÚDE

CONFIRA ESTE E OUTROS TEMAS



@instalerj



@alerjoficial



@alerj_oficial

Saiba tudo em:

alerj.rj.gov.br

EDITORIAL

Caros leitores,

Abrir o editorial da quinta edição da revista Coisas da Política afirmando que ela está imperdível seria um pouco repetitivo, já que escrevemos isso nos últimos quatro números. Tudo bem que estamos trazendo uma entrevista exclusiva com o ex-secretário de Polícia Marcus Amim, onde ele conta um pouco sobre sua trajetória profissional, do tempo que passou à frente da Secretaria de Polícia e do desafio de cuidar da segurança da Alerj, além de planos futuros. O Gato Maestro está de férias forçadas, mas trouxemos

matérias sobre projetos para padronizar a carga horária de PMs e bombeiros, encontros de políticos debatendo Segurança Pública, eleições na OAB-RJ e muito mais.

Em Cabo Frio, a nova gestão promete um choque de ordem na cidade. Na Zona Norte do Rio, um projeto pioneiro mescla arte, esporte, cultura e educação em atividades oferecidas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Enfim, a quinta edição da Revista Coisas da Política está imperdível! Boa leitura!



**COISAS
DA POLÍTICA**

WWW.COISASDAPOLITICA.COM

contato@coisasdapolitica.com
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA LTDA
CNPJ: 53.311.915/0001-84

TAV Peixoto Publicidade ME
CNPJ: 22.625.980/0001-50
Tarcísio Viana
Representante Comercial
(22) 99844-4460

Gráfica Esfera
Tiragem: 5.000

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Jefferson Lemos | 18963RJ

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
M. Macedo



**COISAS
DA POLÍTICA**



ANUNCIE CONOSCO

Faça parte do dia a dia dos nossos leitores e conquiste mais clientes para a sua empresa. Quer divulgar seus produtos e serviços? Entre em contato com nosso representante comercial pelo telefone (22) 99844-4460 (Tarcísio Viana).

CIDADES

SUBSÍDIO CRUZADO: DESVENDANDO O AVANÇO DO SANEAMENTO BÁSICO PÓS-CONCESSÃO

Quem vive a vida toda em uma comunidade aprende cedo que é preciso jogo de cintura para superar as dificuldades causadas pela privação de infraestrutura básica. Foi assim com Maria das Graças Carneiro, de 68 anos. Moradora do Morro da Mangueira desde que veio ao mundo, ela sofreu com a falta d'água na comunidade da Zona Norte carioca por décadas. Hoje, a idosa comemora o fato de ter água na torneira – ela é uma das 621 mil pessoas que passaram a ter esse recurso tratado e encanado regularmente desde que a Águas do Rio assumiu, há quase três anos, a concessão dos serviços de saneamento básico em 27 cidades fluminenses.



Obras de saneamento básico na comunidade da Mangueira. Crédito: divulgação/Águas do Rio

Sinônimo de dignidade e mais qualidade de vida, essa transformação social só foi possível graças ao modelo tarifário baseado no princípio do subsídio cruzado. Trata-se de um sistema de financiamento no qual as tarifas de consumidores que têm mais condições financeiras ajudam a pagar o acesso ao serviço para quem está em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, as receitas obtidas nas áreas de maior poder aquisitivo são direcionadas para expandir os serviços de saneamento em regiões mais pobres. Essa abordagem do contrato de concessão garante que o saneamento básico chegue a todos, independentemente de sua renda ou local de moradia. Também subsidia a Tarifa Social, que

oferece desconto na conta de água, que hoje já beneficia 2,4 milhões de pessoas de baixa renda.

Além disso, os investimentos realizados pela Águas do Rio têm gerado impactos diretos na infraestrutura das cidades atendidas. Mais de 1,3 mil km de redes de água foram instaladas ou substituídas, e 151 km de redes de esgoto, construídas ou renovadas. Isso significa não apenas uma melhoria na qualidade dos serviços, mas também mais saúde e segurança para a população.

O que a Águas do Rio tem feito nos últimos anos é um exemplo de como o modelo de subsídio cruzado pode transformar realidades, levando água e esgoto tratados a quem mais precisa e promovendo desenvolvimento, saúde e dignidade.

De acordo com a empresa, em quase três anos de operação, mais de R\$ 3,5 bilhões foram investidos em melhorias de água e esgoto, especialmente em áreas vulneráveis na capital, Baixada Fluminense e região de São Gonçalo. A previsão é injetar na infraestrutura sanitária do estado cerca de R\$ 40 bilhões ao longo dos 35 anos de concessão, o maior investimento no setor em toda a história do Brasil. Boa parte desse recurso será investida nos próximos oito anos: R\$ 19 bilhões, em acordo com as metas do Marco Legal do Saneamento, que prevê 99% da população com acesso à água tratada e 90% ao esgotamento sanitário até 2033.



Moradora do Morro da Mangueira, Maria das Graças Carneiro, de 68 anos, comemora o fim da falta de água. Crédito: divulgação/Águas do Rio

ANDERSON MORAES COLECIONA REALIZAÇÕES QUATRO MESES À FRENTE DA SECTI



Secretário Anderson Moraes. Crédito: Júlia Passos/Alerj



Lançamento das obras da Favo de Mel. Crédito: Felipe Corrêa

Reconhecido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio – Alerj por sua postura combativa e por suas bandeiras de interesses da população, como garantir eficiência e transparência na gestão de recursos públicos, o deputado estadual Anderson Moraes (PL) foi nomeado pelo governador Cláudio Castro, em junho deste ano, novo secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Mas apesar do pouco tempo à frente da pasta, já coleciona inúmeras realizações: foram três Faetecs inauguradas; um Polo Integrado Cederj, que oferece cursos de graduação na modalidade semipresencial em parceria com universidades; e sete Laboratórios de Iniciação Científica Intramuros.

No dia 11 de outubro, o Governo do Estado deu início às obras da Pedra Fundamental da Faetec em Quintino, que será utilizada pelo CAEP Favo de Mel. A cerimônia contou com a presença do governador, Cláudio Castro, e da primeira-dama, Aneline Castro; da presidente da Faetec, Caroline Alves; e de outras autoridades. O CAEP Favo de Mel atende a pessoas com deficiência intelectual e autismo, oferecendo formação profissional em áreas como auxiliar de cabeleireiro, auxiliar de escritório, auxiliar de garçom e auxiliar de cozinha.

Com um investimento de mais de R\$ 8 milhões, a nova unidade terá uma infraestrutura completa e acessível. Serão 3 salas de aula, 1 sala multiuso,

7 laboratórios, além de auditório para 100 pessoas, refeitório e pátios cobertos para recreação. Tudo pensado para promover a inclusão e a autonomia dos alunos. Com previsão de conclusão em 12 meses, a nova unidade ampliará a capacidade de atendimento, que passará de 120 para muitos mais alunos.

Os laboratórios são construídos dentro da área dos terrenos das escolas municipais existentes, cada um com capacidade para atender a até 35 crianças de 8 a 12 anos, permitindo que estudantes do ensino fundamental tenham o primeiro contato prático com a área tecnológica orientada. A construção dos laboratórios é padronizada, visando à celeridade no andamento das obras, à economicidade e ao conforto dos alunos que irão usufruir do espaço.

“Vamos trazer aos municípios tudo de melhor que o governo do estado do Rio de Janeiro possa oferecer. Os jovens, agora, têm a oportunidade de estudar mais a fundo com um laboratório altamente equipado e que muitas vezes não temos em universidades. Educação não é gasto, é investimento, e o governo estadual não medirá esforços para seguir fomentando a educação e transformando vidas”, afirmou o secretário em um vídeo postado em suas redes sociais.

Para garantir a qualidade dos cursos oferecidos pelas unidades da Faetec, 664 profissio-

nais, entre professores e instrutores, serão contratados já nos próximos meses, com salários de até R\$ 4,3 mil.

Por meio da Fundação Cecierj, foram criadas 4,8 mil novas vagas para 16 cursos de qualificação profissional gratuitos.

Outra iniciativa da Fundação Cecierj promoveu a reabertura ao público do Museu Ciência e Vida, no município de Duque de Caxias, aos sábados. A ampliação do horário de visitação, que passou a valer em outubro após mais de quatro anos de funcionamento apenas de segunda a sexta, visa ampliar o acesso à cultura e ao conhecimento, permitindo que mais pessoas possam aproveitar as exposições e atividades oferecidas.

Diálogo aberto

Atento às reivindicações dos servidores, municípios, universidades e setores representativos da sociedade, o secretário Anderson de Moraes recebeu, no dia seguinte à sua posse na SECTI, a reitora da UERJ, Gulnar Azevedo e Silva, e sua equipe, que trouxe demandas da universidade, como ampliação e abertura de novos cursos. Ao final, o secretário garantiu que não iria inter-

ferir na autonomia das universidades estaduais e que levaria todas as solicitações ao governador Cláudio Castro. Ele também destacou que os repasses do estado para a UERJ estão “rigorosamente em dia” e que vão continuar assim.

No mesmo mês, Anderson Moraes recebeu a presidente da Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Alerj, deputada Erika Takimoto (PT), para tratar da melhoria dos serviços prestados pela Secretaria a suas unidades vinculadas, como UERJ, UENF, Faperj, Faetec e Cecierj, bem como questões orçamentárias e de melhorias aos servidores.

Inaugurações

No curto período em que segue à frente da SECTI, o secretário inaugurou três Faetecs, um Polo Integrado Cederj e sete Laboratórios de Iniciação Científica Intramuros. A primeira Faetec foi no município de Tanguá, em 11 de junho, que passou a ter sede própria. A escola, que já ofertava diversos cursos de qualificação profissional, agora oferece mais 150 vagas em segmentos voltados para logística, administração, recursos humanos e outras áreas.



Inauguração da FAETEC Sepetiba. Crédito: Felipe Corrêa

Uma semana depois, no dia 18, nova inauguração. Desta vez, da Faetec em Rio Bonito e de dois Laboratórios de Iniciação Científica Intramuros na cidade, nas escolas municipais Doutor Astério Alves de Mendonça, na Mangueirinha, e Posse, no Sambê. Três dias depois, foram os municípios de Rio das Flores e Valença que ganharam, respectivamente, uma Faetec e um Laboratório de Iniciação Científica.

Em julho, a onda de inaugurações continuou. O secretário entregou laboratórios de iniciação científica nas cidades de Mendes, Vassouras e Teresópolis, que também recebeu um segundo laboratório de Iniciação Científica Intramuros, agora na Escola Municipal Sakurá. No mesmo mês, Anderson Moraes participou da inauguração do Polo Integrado Cederj Duque de Caxias e, em setembro, entregou a Faetec de Sepetiba.

Engajamento

Apesar da agenda apertada por causa de todos os compromissos que o cargo impõe, Anderson Moraes faz questão de participar de eventos e cerimônias de formatura de alunos e ex-alunos dos cursos.

Em julho, participou da formatura de mais 200 alunos dos cursos técnicos profissionalizantes da Rede Faetec em Barra do Piraí, no Sul Fluminense. No mês seguinte, entregou os diplomas na formatura das alunas da Faetec de Nova Iguaçu no Curso de Qualificação Profissional em Assistente de Logística do Programa Pronatec – “Mulheres Mil”.

O secretário participou ainda de uma cerimônia realizada na Base Aérea dos Afonsos (BAAF), em Realengo, quando 38 ex-alunos da Faetec se formaram no Curso de Sargentos Temporários da Força Aérea Brasileira (FAB).

Projetos

Entre as ideias que o secretário Anderson Moraes ainda pretende colocar em prática está o projeto para a construção de oito prédios inteligentes que vão abrigar centros integrados de formação técnica profissionalizante de jovens na área de inovação científica e tecnológica.

Os centros são planejados observando as realidades locais para se adequar às demandas das

localidades. A ideia é buscar parcerias com as empresas para que elas possibilitem o desenvolvimento das vocações regionais.

Em um único local a população terá atividades relacionadas a ciências, cursos de formação profissional e técnica (Faetec), cursos de inovação e tecnologia da Faperj, ensino semipresencial do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Rede CEJA), aperfeiçoamento tecnológico, além de hubs de inovação que reunirão startups para difusão e fomento de novos empreendimentos.



Equipe do projeto Intramuros FAETEC Resende. Crédito: Felipe Corrêa

Para a implantação dos centros, a secretaria segue dialogando com as prefeituras de cada município e com a comunidade local para definir o melhor conteúdo para atender às vocações de cada região.

Os municípios a serem contemplados com o Projeto dos Centros Tecnológicos, até o momento, são Cabo Frio, Resende, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu.

A expectativa é de que a implantação gere um significativo impacto social e econômico capaz de transformar a vida dos alunos em promissores empreendedores, cientistas e cidadãos de sucesso.

“Queremos dar oportunidades para as pessoas! Vamos dar informações e formação técnica, e tudo de acordo com a vocação econômica local. Por isso, é fundamental sabermos a necessidade de cada região contemplada”, concluiu Anderson Moraes.

PROJETOS DA SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA SEGUEM ALINHADOS COM TEMAS DO G20

Erradicação da pobreza e trabalho decente: dois importantes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e temas de discussão do G20, fórum de cooperação internacional que reúne as principais economias do mundo e que acontece no Rio de Janeiro em novembro. Alinhado com importantes temas, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, orientou que a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (Setrab) coloque em prática programas e projetos que objetivem o alcance desses objetivos.

É senso comum que a proteção ao trabalho é uma das formas de assegurar a dignidade da pessoa humana. Dessa forma, o direito ao trabalho e sua defesa também é um modo de respeitar os Direitos Humanos. Desde que tomou posse como secretário de Estado de Trabalho e Renda, Felipinho Ravis tem orientado sua equipe técnica a priorizar programas e projetos que visam ao aumento da empregabilidade, com a ampliação do número de vagas oferecidas, crescimento de eventos

para oferta de vagas captadas pela Secretaria, qualificação profissional, entre outras ações.

Segundo dados do Novo Caged, de 2021 até agosto de 2024, o estado do Rio de Janeiro criou mais de 650.000 novos empregos – o segundo estado que mais criou postos de trabalho no país.

Em paralelo, a Secretaria de Trabalho e Renda, como gestora do Sine (Sistema Nacional de Emprego) no Rio e através do seu setor de captação de vagas, tem conseguido, desde 2021, aumentar a oferta de oportunidades oferecidas à população fluminense. Em 2021, foram oferecidas 29.716 vagas de emprego. Já em 2022, esse número chegou a 40.176, um aumento de 35,2%. Até agosto de 2024, a Setrab já colocou à disposição dos moradores do estado do Rio de Janeiro 33.915 vagas, quantidade 33,3% maior do que em igual período do ano anterior.

No entanto, além do aumento do número de empregos, existem outros entraves para a plena

Galpão Ação da Cidadania, onde acontecem os encontros da Reunião Ministerial de Desenvolvimento. Crédito: Fernando Frazão/Agência Brasil



Carreta da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda em ação para atendimento da população do Rio de Janeiro. Crédito: divulgação

realização do processo: o chamado “match entre a vaga e o trabalhador”, sendo, um dos mais importantes, a qualificação profissional. A Setrab tem atuado para sanar esse problema por meio de parcerias com diferentes instituições qualificadoras para o oferecimento de cursos de capacitação, sempre levando em conta as demandas locais. No último ano, a parceria Setrab/Firjan ofereceu mais de 300 vagas, espalhadas por vários municípios fluminenses, em diferentes áreas (fotógrafo, pintor industrial, operador de máquinas, assistente administrativo, operador de computador, entre outras).

Outros projetos em conjunto com diferentes órgãos e instituições que se destacam são a contratação de jovens aprendizes para locação nos diferentes setores da Setrab. O Centro de Integração Empresa Escola-CIEE é o parceiro. No caso do INSS, o termo de cooperação prevê a prestação de vários serviços do instituto por funcionários capacitados da Secretaria de Trabalho. O objetivo é dar mais acesso à população a importantes serviços.

Além da qualificação dos trabalhadores, a Secretaria de Trabalho e Renda também tem entre seus principais focos a inclusão de segmentos em seu público-alvo. É o caso das Pessoas com Deficiência (PcDs) e aquelas em situação de rua, como forma de garantia de direitos, criação de oportunidades e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. No primeiro caso, a Setrab atua diretamente, mantendo um posto Sine voltado exclusivamente para o atendimento à

população PcD. O local foi recentemente reformado, visando à acessibilidade e à ampliação de serviços oferecidos.

Quanto à população de rua, a Setrab está presente no Cipop-Rua/RJ, que concentra diversos serviços permanentes, voltados para o resgate da cidadania de pessoas nessas condições, entre os quais regularização de documentação, acesso ao Judiciário e inscrição em programas sociais, encaminhamento a vagas de emprego, entre outros. Dentro do local onde funciona o projeto, foi instalado um quichê do Sine-RJ para o atendimento a esse público.

Para o secretário Felipinho Ravis, a Setrab tem trabalhado com seriedade e comprometimento, sempre priorizando a melhoria da qualidade de vida do cidadão fluminense:

“Como diz o ditado, missão dada é missão cumprida. Esse sempre foi o meu lema e da minha equipe. Chegamos há pouco aqui na Secretaria, mas já podemos enumerar ações que realmente vão fazer a diferença na vida das pessoas. O governador nos deu um grande desafio e temos certeza que, assim como em todos os outros, seremos vitoriosos”, ressalta Felipinho.

O planejamento da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda para os próximos anos inclui uma série de outras ações que conversam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que serão abordados na próxima reunião do G20, traduzindo a preocupação e o engajamento do governo do estado do Rio de Janeiro no tema.

GOVERNO ESTADUAL LIBERA RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SALAS DIGITAIS EM ESCOLAS DE ITABORAÍ



Deputado Guilherme Delaroli quer ensino mais dinâmico e atraente aos estudantes. Crédito: Thiago Lontra/Alerj.

Escolas estaduais de Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio, vão começar a implantar salas de aula digitais, permitindo um ensino mais dinâmico e atraente aos estudantes. Para isso, já foram liberados mais de R\$ 1,6 milhão em emendas impositivas que o deputado estadual Guilherme Delaroli (PL) apresentou para execução do orçamento de 2024.

Os recursos disponibilizados beneficiam, inicialmente, dez escolas: CE Hilka de Araújo e CIEP 451, ambos no bairro Itambi; CE Professora Maria Inocência, em Porto das Caixas; CIEP 424, no bairro Visconde; CIEP 453 e CIEP 415, em Manilha; CIEP 308, na Cidade Nova; CIEP 130, no Rio Varzea; CIEP 129, no bairro Esperança (Reta); e CE Visconde de Itaboraí, no Centro.

No total, serão investidos R\$ 1.615.578,00 nas salas de aula digitais. De acordo com o deputado

Guilherme Delaroli, é importante que os investimentos em educação acompanhem a evolução tecnológica, permitindo que os estudantes estejam atualizados e sejam estimulados durante as aulas.

“A evolução contínua dos métodos de ensino ajuda a reduzir a evasão escolar, além de colaborar no trabalho dos profissionais da educação na formação de jovens cada vez mais motivados e preparados para os desafios do mercado de trabalho”, destacou Delaroli.

Anteriormente, o deputado já havia solicitado ao governo do estado a adoção de medidas junto à Secretaria de Estado de Educação para a execução de reformas e obras emergenciais no Colégio Estadual Professora Maria Inocência Ferreira, no CIEP 451 Eliza Antônia Rainho Dutra e na Escola Estadual José Maria Nanci- CIEP 129.

PROJETO RE-CRIAR-TE MESCLA ARTE, ESPORTE, CULTURA E EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS DA ZONA NORTE DO RIO



Batizado dos alunos de capoeira no Projeto RE-CRIAR-TE. Crédito: divulgação

O RE-CRIAR-TE foi o projeto pioneiro da CON-TATO “Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais” e hoje acontece na sua sede, no bairro do Grajaú, na Zona Norte do Rio. É um projeto que mescla arte, esporte, cultura e educação em atividades oferecidas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social das comunidades do Complexo do Andaraí e da Nova Divineia.

Tipificado pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS como Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos, o RE-CRIAR-TE compreende as crianças atendidas, através de viés sistêmico e pautado na matricialidade das famílias, contribuindo assim para a proteção integral das crianças atendidas. Para a realização dos serviços, a CON-TATO preconiza a articulação intersetorial da rede de serviços e acontece com convergência das políticas públicas do território.

O Projeto RE-CRIAR-TE visa implementar práticas socioeducativas para o desenvolvimento humano, proporcionando um ambiente de convivência e de formação para uma participação cidadã, fomentando o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia dos participantes. Todas as atividades são totalmente gratuitas e acontecem diariamente (de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e da tarde, atendendo a mais de 100 crianças e ado-

lescentes, de 6 a 14 anos de idade. O projeto oferece periodicamente passeios e eventos culturais.

Dentre as atividades, são oferecidas oficinas de teatro, com atividades de consciência corporal, jogos lúdicos e dramatização, onde as crianças podem trabalhar e expressar suas emoções. Na dança, as crianças aprendem sobre ritmos e movimentos, transitando do clássico ao contemporâneo. Nas atividades desportivas, sobretudo nas coletivas, são trabalhados conceitos como regras, disciplina, competição/cooperação.

Já na oficina de capoeira, são trabalhados temas ligados às nossas matrizes africanas, como o samba e o maculelê. A capoeira, além de trabalhar todo o corpo, faz um resgate histórico, sobretudo fortalecendo a ancestralidade que a população referenciada à CON-TATO traz em sua bagagem cultural.

Neste sentido, numa era em que as relações estão cada dia mais fragilizadas e violentas, o projeto tem um caráter preventivo e proativo da garantia e da defesa de direitos, no desenvolvimento de habilidades e potencialidades socioemocionais, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social, do combate às violências, ao trabalho infantil e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

CABO FRIO: NOVO GOVERNO FARÁ 'CHOQUE DE ORDEM' NA CIDADE



Praia do Peró, em Cabo Frio. Crédito: Flickr

“O Peró vai ter um carinho especial no plano de ações do governo Serginho, que promete dar um choque de ordem na cidade”. A afirmação foi feita pelo vereador Josias da Swell (PL), durante encontro com comerciantes e empresários do Peró, em Cabo Frio, em que representou o prefeito eleito Dr. Serginho (PL). A reunião foi a primeira da recém-criada Associação Comercial, Empresarial e Turística do Peró (ACETUR). Na ocasião foi entregue ao vereador reeleito uma lista com as reivindicações prioritárias para o verão que se aproxima.

Na relação estão o ordenamento da praia, que atualmente conta com apenas três fiscais de posturas; melhorias na segurança; organização do trânsito e revitalização da Praça do Moinho, a principal área de lazer do Peró. Segundo comerciantes e empresários, a atual gestão da prefeita Magdala Furtado não cumpriu o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público em abril do ano passado para ordenar e reformar a praça. Além disso, a comunidade também não concorda com o projeto da atual gestão de tirar as barracas da rua e colocá-las no interior da praça.

O presidente da ACETUR, Anderson Akel, destacou a união entre o empresariado e a sociedade civil organizada do Peró na busca por melhorias para o local e pelo turismo de qualidade. Comandante do 25º BPM, a coronel Andrea Campos prometeu reforçar o policiamento na área turística do Peró, incluindo a Ilha do Japonês, Conchas e

Pontal, na alta temporada. Foi pedido o emprego de quadriciclos na praia e de moto-patrolhas no entorno da orla. À Guarda Municipal, foi solicitado o reforço na fiscalização do trânsito e de estacionamentos irregulares. Foi pedida a intensificação das abordagens a motoqueiros vindos de outros bairros, em especial na orla marítima, onde só é permitido o trânsito de pedestres e bicicletas.

A comunidade também pede fiscalização dos ônibus piratas e vans de excursão que circulam nas ruas do Peró no verão.

“O Peró precisa de um estudo amplo de capacidade de carga para não receber um volume de veículos acima do que suas ruas estreitas comportam”, defendeu a hoteleira Marta Rocha.

O hoteleiro Roberto Saci disse que os empresários e moradores da Ogiva estão preocupados com a organização dos estacionamentos na Praia das Conchas e na Ilha do Japonês. O parqueamento até há pouco era controlado pelos proprietários da área, mas o serviço foi paralisado após recomendação do Ministério Público Federal. Os moradores alegam não terem sido ouvidos. Sem controle, eles temem o caos do passado.

Após a posse do novo prefeito, a associação Amigos do Peró e a ACETUR vão pedir também saneamento básico para o bairro, além da abertura da Estrada do Nelore (uma nova ligação entre Arraial do Cabo-Cabo Frio-Peró-Búzios) e um projeto de arborização para as ruas do bairro.

ALUNOS DE ESCOLAS ESTADUAIS PODERÃO TER ACOMPANHAMENTO MÉDICO DE PROFISSIONAIS DOS POSTOS DE SAÚDE PRÓXIMOS



Crédito: Prefeitura do Rio de Janeiro

Alunos de escolas estaduais poderão ter acompanhamento médico de profissionais dos postos de saúde próximos

As escolas estaduais poderão ser vinculadas aos postos de saúde dos bairros. A proposta, que cria o Programa “Educando com Saúde”, foi aprovada no dia 3 de outubro, na Alerj. A ideia é que o governo do estado realize parcerias com os municípios fluminenses para integrar as políticas de saúde e educação, visando à promoção de um ambiente escolar saudável

“A vinculação vai garantir um acompanhamento contínuo e personalizado, facilitando o acesso dos estudantes aos serviços de saúde e fortalecendo a parceria entre as duas áreas”, explicou o deputado Vinícius Cozzolino (União), autor da proposta, que consta no Projeto de Lei 3.892/24.

De acordo com o programa, equipes multiprofissionais de saúde deverão realizar, ao menos uma vez por mês, visitas periódicas às escolas para avaliação e atendimento aos estudantes. As equipes multiprofissionais serão compostas

por, no mínimo, um médico, um enfermeiro, um dentista e um psicólogo, podendo incluir outros profissionais conforme a necessidade identificada em cada unidade de ensino. Dessa forma, o autor da proposta defende que será mais fácil identificar e tratar precocemente problemas de saúde que possam interferir no desenvolvimento e no aprendizado dos estudantes.

O programa ainda prevê a oferta de campanhas de vacinação, exames de saúde e outras ações preventivas, bem como a elaboração de atividades de educação em saúde, com a participação ativa de estudantes, pais, professores e funcionários. Ainda poderão ser fornecidos programas de alimentação saudável e combate à obesidade infantil, além de suporte psicológico e de saúde mental aos estudantes.

O projeto tem coautoria dos deputados Tia Ju, Fred Pacheco, Carlos Minc, Marina do MST, Martha Rocha, Erika Takimoto, Dionísio Lins, Carla Machado, Franciane Motta, Munir Neto, Val Ceasa, Vitor Junior, Giovani Ratinho e Luiz Paulo.

CAPA

“COMBATI O BOM COMBATE!”

Em entrevista exclusiva à revista Coisas da Política, o delegado Marcus Amim abre o jogo e fala sobre sua exoneração da Polícia Civil e o novo desafio de coordenar a Segurança da Alerj.



Há 22 anos na Polícia Civil, sendo II como delegado, Marcus Amim é o novo coordenador de Segurança da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Alerj. O convite para assumir a função veio no início de setembro, logo após Amim ser exonerado da chefia da Secretaria da Polícia Civil, cargo que ocupou por 10 meses. O ato, assinado pelo governador Cláudio Castro sem qualquer justificativa, pegou a todos de surpresa, inclusive o próprio delegado Marcus Amim.

Em entrevista exclusiva à revista Coisas da Política, Marcus Amim fala de seu período à frente da Secretaria, os principais desafios enfrentados e perspectivas futuras. Confira abaixo!

Como é que o senhor recebeu a notícia da sua exoneração da Secretaria de Polícia Civil? Era algo que o senhor esperava que fosse acontecer naquele momento?

Eu recebi com surpresa. Não esperava que, em tão pouco tempo, a gente tivesse o trabalho interrompido. Mas, assim como a nomeação, a exoneração também fica a cargo do governador, fica a critério dele. Livre nomeação, livre exoneração. Ele é o chefe do Poder Executivo e achou por bem uma mudança. Mas me pegou de surpresa, achei que teria um pouco mais de tempo para desenvolver um trabalho melhor.

O governador não divulgou os motivos para a troca realizada. O senhor sabe quais foram?

Desconheço. As estatísticas já vinham aumentando fazia algum tempo, justamente porque estávamos enfrentando o crime organizado e impedindo avanços territoriais, principalmente na Zona Oeste. Além disso, dentro da atribuição de polícia judiciária, os números, a estatística da Polícia Civil, tudo estava acima de todos os períodos anteriores, de todas as outras gestões, tanto de prisão quanto de números de indiciamentos, apreensão de valores, de operações de lavagem de dinheiro e contra o crime organizado e também operações em áreas conflagradas; nunca, desde o início de vigência das medidas da ADPF 635, houve tantas operações policiais, quanto na nossa gestão. Nós prendemos quase a metade dos chefes de milícias de toda gestão Cláudio Castro – foram onze chefes de milícia em dez meses, mais de um por mês. Uma corregedoria interna bastante atuante, como não

estava acontecendo há algum tempo. A Polícia Civil agindo contra desvios de conduta do público interno, além das políticas contra crimes que tinham como alvo pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, intolerância religiosa, crimes de gênero. A gente vinha trabalhando em várias frentes, mas a principal era a modernização da estrutura da polícia, que ia colaborar de forma mais eficiente e eficaz no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro. Desenvolvemos o projeto da Delegacia Digital, para substituir o programa Delegacia Legal que tem 25 anos. Sem contar as ações contra o crime de rua, que hoje vem realmente trazendo essa sensação de insegurança e aumento dos índices. Fizemos em tempo recorde o aplicativo Meu Celular Seguro, que na prática inviabiliza o comércio de aparelhos produto de crime. Como eu disse, é preciso um período maior, um espaço de tempo maior, para que se possa apresentar um trabalho satisfatório. Mas o governador achou por bem fazer uma mudança e está dentro da atribuição dele como chefe do Poder Executivo.

Como o senhor avalia sua passagem pela Polícia Civil?

Eu avalio de um modo muito positivo. Combati o bom combate. Em dez meses, a gente conseguiu mostrar muitos resultados expressivos, prisões de chefes de tráfico, de responsáveis por disputas territoriais na Zona Oeste e na Zona Norte do Rio de Janeiro e de arrastões na Niterói-Manilha, sem efetuar um disparo sequer, só com ações de inteligência. Conseguimos interceptar, por mais de uma vez, o trânsito de milicianos e narcotraficantes pela cidade e realizar ações na estrutura das organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à contravenção, assim como as ligadas a desvios de conduta de agentes políticos, ações ligadas à fraude na compra de monitores e de respiradores. Atuamos em todas as frentes que são necessárias, inclusive nos crimes que envolviam pessoas em situação de vulnerabilidade, formando grupos de trabalho, trazendo inovações para o sistema da Polícia Civil para atender melhor a essa população, de uma forma mais inclusiva, mais diversificada e dentro de cada demanda.

Quais foram os principais desafios nesse período que o senhor ficou à frente da Secretaria?

O principal desafio na gestão da segurança públi-

ca do Rio de Janeiro é o sucateamento de recursos humanos, que está bem abaixo do que é previsto em lei, inclusive. A demanda é muito grande e a mão de obra muito escassa. Isso é uma dificuldade imensa e por isso a gente também procurou inovar na aplicação de tecnologia de inteligência artificial, para que ela ajudasse na solução dos crimes, principalmente dos crimes mais complexos, o programa Delegacia Digital, como já disse. A desorganização da estrutura da Polícia Civil também é algo que precisa ser enfrentado o mais rápido possível, só que infelizmente a gente vem fazendo política de segurança pública correndo atrás do próprio rabo, tendo que apresentar resultados num curto espaço de tempo. O problema é muito maior, é estruturante, que vem de décadas. E, para problemas estruturantes, não existe uma solução rápida. A solução precisa também ser estruturante, e soluções estruturantes levam a resultado de, pelo menos, médio prazo. Os resultados mais perceptíveis virão a longo prazo.

Qual seria a solução estruturante para o problema?

Para a Polícia Civil seria justamente mudar a forma de combate ao crime organizado. Nós precisamos combater o crime organizado na sua estrutura. A gente procurou fazer isso no curto espaço de tempo que a gente esteve à frente da Secretaria. Mas não adianta ficar correndo, fazendo ronda, colocando polícia na rua se a estrutura do crime faz com que ele se retroalimente e se torne cada vez mais forte. A gente vai ficar literalmente correndo atrás do próprio rabo. Além disso, usamos um sistema do final do século passado, o Programa Delegacia Legal foi lançado em 1999, na época foi inovador, mas hoje está obsoleto sob vários aspectos. É preciso avançar, já estamos terminando o primeiro quarto do século XXI, é inadmissível que estejamos tão atrasados. Mas, para isso, é preciso que a gente desvincule a estrutura da Secretaria de decisões políticas, de ingerências políticas. A escolha de delegacias, a escolha de diretores, a escolha de pessoas em determinados setores, tudo isso deve passar única e exclusivamente pela parte técnica e pela cúpula da Polícia Civil.

O senhor acha que a Guarda Municipal pode ajudar na segurança pública, por exemplo, atuando em pequenos delitos, deixando que as

polícias Militar e Civil se foquem em questões maiores? O senhor é a favor do armamento da Guarda Municipal?

Eu sou a favor da colaboração da Guarda Municipal com a segurança pública. Isso inclusive já é uma previsão constitucional, só é preciso ser colocado em prática. Não só a Guarda Municipal, mas um sistema de monitoramento, um sistema com inteligência artificial, com leitura de placa, com reconhecimento facial, integrando prefeituras com o governo do estado e o governo federal. E não somente entre os entes estatais, mas também com a iniciativa privada, shoppings, grandes empresas, todo esse sistema integrado no combate à circulação do meliante que rouba carro, que rouba carga, que faz o roubo ao transeunte, que faz o roubo de rua. Mas isso, por si só, não vai gerar os efeitos duradouros que a gente precisa aqui para o Rio de Janeiro. A gente precisa de uma Polícia Judiciária atuando na estrutura do crime para evitar que o crime se retroalimente e se torne cada vez mais forte a ponto de fazer frente com forças estatais, de desafiar o Estado, como vem acontecendo no Rio de Janeiro.

Quais outros pontos o senhor identifica que precisam de mudanças para que a Polícia Civil possa desenvolver seu trabalho de forma mais eficiente?

Principalmente, tempo para trabalhar. Não é possível resolver ou encontrar o caminho da solução do problema de segurança pública que o Rio de Janeiro vive com pouco tempo de trabalho. A gente sabe que o problema é grave, sabe da responsabilidade, mas o gestor da segurança pública não pode viver com a faca no pescoço, não pode ter um curto espaço de tempo para poder colocar o trabalho em prática. Isso demanda tempo, organização, ações estruturais, inteligência e, obviamente, ter o máximo de autonomia possível. A segurança pública não se faz com ingerências externas, mas, sim, com ações técnicas e bem pensadas. Realizar um trabalho de contra-inteligência, um trabalho de risco, mapear ações do crime organizado e atuar para que não aconteça.

E em relação a planos futuros, existe a possibilidade de, em algum momento, o senhor tentar carreira na política?

Por enquanto, eu só penso na minha carreira como policial.

POLÍTICA

ANA TEREZA BASÍLIO PODE SER A PRIMEIRA MULHER A PRESIDIR A OAB-RJ

No dia 25 de novembro, advogados do Rio de Janeiro irão às urnas para escolher o próximo presidente da OAB-RJ para o triênio de 2025 a 2027. Além da diretoria da Seccional, também serão escolhidos representantes das subseções de todo o Rio de Janeiro.

Concorrendo à presidência da Ordem, Ana Tereza Basílio passa a contar com a aliança de mais um nome de prestígio no cenário jurídico. Trata-se de Afonso Ribeiro, presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Servidores Públicos da OAB-RJ, que declarou formalmente seu apoio à candidatura da colega pela Chapa 1, reconhecendo a relevância de sua trajetória e o alinhamento de suas propostas com os valores defendidos pela comunidade jurídica. Se eleita, Ana Tereza pode ser a primeira mulher a presidir a OAB-RJ.

A declaração de apoio foi feita durante evento que contou com a presença de destacadas lideranças da advocacia, reforçando o compromisso conjunto com o avanço da justiça e o fortalecimento das instituições. Na ocasião, foi promovido um debate que teve como ponto central a discussão de propostas inovadoras voltadas à celeridade processual, uma pauta de extrema importância para o aperfeiçoamento do sistema judiciário brasileiro.

A presença dessas influentes lideranças proporcionou um ambiente propício ao desenvolvimento de soluções concretas e eficazes que visam beneficiar tanto os servidores públicos quanto a sociedade como um todo.

O encontro reforçou o papel fundamental do diálogo entre as lideranças jurídicas como instrumento de transformação e evolução para o sistema de justiça, criando oportunidades para o desenvolvimento de iniciativas que fortalecerão os direitos dos servidores públicos e o funcionamento célere da justiça.



Afonso Ribeiro e Ana Tereza Basílio. Crédito: divulgação

Ana Teresa Basílio atualmente é vice-presidente da OAB-RJ e presidente da Comissão de Celeridade Processual. Ela tem Sílvia Drumond como sua candidata à vice-presidência na Chapa 1, que conta com o apoio de ex-adversários em eleições anteriores, como Sérgio Antunes e Roque Z, em um movimento que destaca a união em torno de um objetivo comum: o futuro da advocacia no Rio de Janeiro.

Além da modernização da OAB-RJ, também estão nos planos da chapa encabeçada por Ana Tereza Basílio a reestruturação da Caarj, a busca por patrocínios e de novas frentes de trabalho e renda para os advogados.

Ana Tereza Basílio também conta com o apoio do atual presidente da OAB-RJ, Luciano Bandeira.

FELIPINHO RAVIS MOSTRA FORÇA POLÍTICA EM NOVA IGUAÇU E DESPONTA COMO JOVEM LÍDER NA BAIXADA FLUMINENSE



Deputado licenciado e atual secretário de Estado de Trabalho e Renda, Felipinho Ravis. Crédito: Octacilio Babosa/Alerj

A última eleição no município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, trouxe, mais uma vez, a marca de sucesso e importância do deputado estadual licenciado e atual secretário de Trabalho e Renda, Felipinho Ravis. Graças à sua dedicação e apoio durante toda a campanha, executados nas noites dos dias de semana (após o expediente na Secretaria de Trabalho) e também nos sábados e domingos, em período integral, o seu partido, o Solidariedade, obteve um resultado inédito: o maior número de votos em sua história na cidade de Nova Iguaçu (35.507).

No total, o Solidariedade foi um dos dois partidos que conseguiu eleger três representantes para a Câmara Municipal. Além desse resultado partidário, o empenho de Felipinho Ravis proporcionou a eleição de quatro novos vereadores na cidade, filiados a diferentes partidos, e a reeleição de mais um.

Morador de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, cedo Felipinho começou sua trajetória na política. Aos 22 anos, decidiu abrir a sua própria lanchonete. Após enxergar a política como ferramenta de transformação que a população precisava, aos 27 anos candidatou-se pela primeira vez como vereador e foi eleito com 3.981 votos, tornando-se, não só o mais jovem daquela legislatura, mas também o mais jovem a ocupar a presidência da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Na Câmara, seu foco foi a saúde, a educação, os esportes e as obras de infraestrutura, sempre visando ao bem-estar da população de Nova Iguaçu. Durante a pandemia, criou diversos projetos de lei para ajudar o cidadão iguaçuano. Entre eles, instalação da plataforma de educação a distância, atenção total às microempresas e microempreendedores, atendimento psicológico aos pacientes e aos médicos.

Em 2020, foi reeleito vereador. Dois anos depois, alçou um novo voo: se candidatou ao cargo de deputado estadual, sendo eleito para o seu primeiro mandato na Alerj. Graças ao comprometimento e seriedade do seu trabalho, em julho de 2024, Felipinho foi convidado pelo governador Cláudio Castro para assumir a Secretaria de Trabalho e Renda, desafio imediatamente aceito:

“Entendi que poderia fazer mais pela população fluminense, principalmente em uma área tão importante que é o trabalho. Eu e minha equipe estamos empenhados no cumprimento dessa missão, mas também não esquecemos do início de tudo, que foi a política. É através dela que viabilizamos as ações concretas que vão efetivamente fazer a diferença na vida do cidadão”, lembra o secretário.

Não se pode deixar de destacar o papel de Felipinho Ravis na vitória, logo no primeiro turno, de Dudu Reina, candidato do PP ao mais alto cargo executivo da cidade. Felipinho foi incansável na rotina diária junto à população iguaçuana para a divulgação de projetos, prioridades e ações a serem implantadas em Nova Iguaçu pelo até então candidato do PP.

Conhecido na cidade como garoto prodígio, menino foguete (sua marca nas redes sociais), o jovem secretário de Estado tem traçado uma história de muito sucesso, construída com muito diálogo, trabalho, determinação e compromisso com o governo do estado e com a população dessa importante cidade da Baixada Fluminense.

ANDREZINHO CECILIANO É PARABENIZADO PELOS COLEGAS DA ALERJ POR VITÓRIA EM PARACAMBI



Deputado Andrezinho Ceciliano foi eleito no primeiro turno para a Prefeitura de Paracambi. Crédito: Thiago Lontra/Alerj

Depois de uma intensa campanha seguida por alguns dias em Brasília (DF) na busca por recursos para Paracambi e outras cidades, o deputado estadual Andrezinho Ceciliano (PT), prefeito recém-eleito de Paracambi, foi recebido calorosamente pelos colegas da Alerj na quinta-feira, 17 de outubro.

Andrezinho posou para foto ao lado dos companheiros de luta Dani Balbi (PCdoB), Erika Takimoto (PT), Marina do MST (PT) e Carlos Minc (PSB), que o parabenizaram, junto com os demais parlamentares, pela eleição com mais de 64% dos votos, o que o levou a uma vitória em primeiro turno.

“Quero agradecer o carinho dos deputados e dizer que aprendi muito nesta casa. Dizer que vou sentir falta dos companheiros, das risadas, das ideias em comunhão. Agora com a responsabilidade é muito mais individual. Aqui a gente divide a responsabilidade, amadurece os projetos.

Amadurecemos ainda, que a gente tem um ano para completar”, declarou Andrezinho Ceciliano.



Deputado Andrezinho Ceciliano recebe o carinho dos amigos na Alerj. Crédito: Jefferson Mariz

SEGURANÇA PÚBLICA É PAUTA DE ENCONTRO EM DUQUE DE CAXIAS

O deputado federal General Pazuello (PL) esteve reunido, no dia 15 de outubro, com o recém-eleito prefeito de Duque de Caxias, Netinho Reis (MDB), e o comandante do 3º CPA (Comando de Policiamento de Área), coronel PM Alexandre de Souza Rodrigues, no Centro de Comando Integrado (CCIC) da cidade.

Durante o encontro, o deputado destacou a importância do engajamento, da coordenação e da integração entre as forças de segurança e o município como forma de fortalecer a segurança pública na região. A pauta central do encontro foi a coordenação operacional integrada, com foco no fortalecimento da atuação conjunta e na adoção de estratégias que otimizem recursos e operações de segurança.

“Precisamos trabalhar juntos, municípios, estados e governo federal, todos focados na segurança pública e na melhoria das condições dos profissionais da área. Ainda temos muito a fazer, mas os resultados já nos mostram que estamos no caminho certo”, avaliou Pazuello.

Efetivo mínimo

O General Pazuello também apresentou o Projeto de Lei 2048/2024, de sua autoria, que trata do dimensionamento do efetivo das forças de segurança pública no Brasil. O projeto propõe a definição de três níveis de efetivo: mínimo, recomendado e ampliado, com o objetivo de garantir eficiência e melhorar a prestação dos serviços de segurança à população.

Mudança no CCIC

O deputado sugeriu ainda uma mudança no funcionamento do CCIC, propondo que o espaço seja transformado em um Centro de Coordenação Operacional, de forma a incluir um maior número de atores estratégicos no processo decisório e nas operações integradas.

O encontro reforçou o compromisso do deputado com a segurança pública e o município de Duque de Caxias, sempre em busca de soluções que proporcionem resultados práticos e efetivos para a população.

Coronel Alexandre de Souza Rodrigues, deputado General Pazuello e o prefeito eleito, Netinho Reis. Crédito: divulgação



VEREADOR ARTICULA CRIAÇÃO DE HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO EM NITERÓI

O vereador Leandro Portugal (MDB) está batendo pela criação de um Hospital Público Veterinário em Niterói, que ofereça atendimento gratuito a cães, gatos e outro bichos. Já reconhecido por sua atuação em defesa da causa animal, o vereador vem aos poucos conquistando novos adeptos, como o candidato a prefeito Rodrigo Neves (PDT), com quem se reuniu algumas vezes para tratar do tema, e os deputados estadual Victor Junior (PDT) e federal Áureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE).

“É uma luta antiga minha e dos protetores dos animais de Niterói. Agora, o candidato a prefeito Rodrigo Neves firmou esse compromisso de conversar com nossa equipe sobre o projeto. A ideia é sair na próxima legislatura, a partir de janeiro de 2025”, conta Leandro Portugal.

O parlamentar também pretende criar Unidades Básicas de Saúde PET em alguns bairros, que terão a finalidade de atender a casos de menor complexidade e orientar as pessoas sobre como lidar com seus animais de estimação.

Afora isso, Leandro Portugal é autor de Indicações Legislativas que resultaram na instalação de Parcsões em várias regiões da cidade. É dele também a iniciativa de criação do Castramóvel, que começou a operar em agosto de 2020 e, de lá pra cá, já atendeu a mais de 5 mil animais, que foram beneficiados com a cirurgia gratuita.

“Uma luta de anos que, com muita perseverança e vontade de realizar, conseguimos tirar do papel”, lembra o vereador.

As ações em prol dos animais não ficam por aí. Portugal também é autor da Lei 3.684/2022, que proíbe a soltura de fogos barulhentos, o que ele considera uma grande conquista de seu mandato.

“Vale ressaltar a importância deste projeto, não apenas para os animais, que tanto sofrem com os fogos, mas também para pessoas acamadas,



ou pessoas com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que podem ficar extremamente incomodadas, pessoas idosas por, em sua maioria, já possuírem doenças que as deixam mais vulneráveis a estresse e ansiedade”, disse o vereador. Ele reconhece a complexidade da fiscalização em alguns casos, mas segue firme em seu propósito. “Fizemos a nossa parte como legislativo”, completou.

SARGENTO PORTUGAL QUER PADRONIZAR CARGA HORÁRIA DE PMS E BOMBEIROS DO RIO EM 144 HORAS MENSAIS



PMS e Bombeiros do Rio poderão ter carga horária de 144 horas mensais. Crédito: divulgação/PMERJ

Instituir o regime de trabalho ordinário de 144 horas mensais (mês de 30 dias) para Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro e integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. É o que versa um projeto de Lei de autoria do deputado federal Sargento Portugal (Podemos), entregue no início do mês ao presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Alerj, deputado Márcio Gualberto (PL).

O projeto também estipula que tanto a PMERJ quanto o CBMERJ adaptem escalas de serviço de 12 horas e de 24 horas de acordo com nova carga horária sugerida.

Segundo o autor da proposta, o PL busca “cessar as graves violações de direitos humanos que vêm sofrendo as Praças da Polícia Militar e do Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro, que têm suas férias, folgas e licenças constantemente interrompidas sem nenhuma necessidade aparente”.

“A falta de uma padronização da carga horária destes profissionais causa espanto, pois em pleno século XXI estes não conseguem se programar nem mesmo durante o mês, para o lazer com suas famílias, pois convivem com a incerteza de serem mudados de escala. Precisamos urgentemente cessar o cerceamento de liberdades que a tropa vem sofrendo”, destacou Sargento Portugal.

Atualmente, as escalas de serviço são de 12x36 horas, 12x60 horas, 12x24/12x48 horas, 12x24/12x72 horas, 12x48/12x72 horas, 24x48 horas, 24x72 horas e 48x96 horas, entre outras, sendo empregadas discriminadamente por alguns oficiais.

Potugal destaca que o cansaço excessivo leva a problemas como sonolência, mal humor e até mesmo algumas doenças.

“Muitos policiais e bombeiros militares são contrangidos moralmente e ameaçados constantemente, pois, quando estão numa escala melhor, passam a ser ameaçados a voltarem para uma escala pior. A padronização das escalas vem para acabar com os abusos, as ameaças e assédio moral que estes profissionais sofrem diariamente”, concluiu o parlamentar.

O projeto se encontra em análise na Alerj.

A LEI DE FICHA LIMPA E O RESSURGIMENTO DA ANÁLISE SUBJETIVA DA PROIBIDADE, MORALIDADE E VIDA PREGRESSA PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO

Por **Tiago Santos***



Nas últimas eleições municipais, assistimos a uma grande viragem jurisprudencial promovida por algumas Cortes Regionais Eleitorais do país, no que tange a uma reinterpretação principiológica do art. 14, § 9.º da Constituição Federal, que prevê que:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Vale recordar que antes do advento da lei complementar nº 64/90 (com as alterações trazidas pela LC n.º 135/2010), conhecida, também, como lei de ficha limpa, o grande debate travado pela comunidade jurídica eleitoral era no sentido da subjetividade imposta pela referida norma constitucional em relação aos critérios de probidade administrativa, moralidade e análise da vida pregressa para o exercício do mandato.

Com a aprovação da lei de ficha limpa, restou superada a análise subjetiva destes critérios na aferição do registro de candidatura, uma vez que, o referido diploma legal, veio justamente, através do seu artigo 1.º, inciso I e alíneas, preencher a lacuna que existia, antes de sua vigência, uma vez que, o §9.º do art. 14 da CF, exigia, expressamente a propositura de uma lei complementar para dirimir quais seriam os casos de restrição a capacidade passiva eleitoral, ou seja, o direito de votar e ser votado.

No entanto, diversos candidatos ao pleito municipal deste ano tiveram os seus registros de candidaturas indeferidos por decisões colegiadas de Cortes Regionais Eleitorais, mesmo sob a hipótese de não responderem a processos constantes no rol de inelegibilidades, previstos na lei complementar n.º64/90. A base para a negativa de registros foi alicerçada em uma tese já superada e de cunho principiológico, que não encontra amparo na jurisprudência dominante do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo. Ressalta-se que muitos destes candidatos sequer possuíam condenações proferidas por órgãos colegiados de Tribunais, conforme exigência da referida lei.

Quanto a esta viragem jurisprudencial, nos parece que houve, por parte de alguns Tribunais Regionais Eleitorais, a adoção de uma linha de entendimento que se traduz, claramente, na re-

vogação tácita da súmula 13 do TSE que dispõe sobre a não autoaplicabilidade do § 9º do art. 14 da Constituição, bem como, um “fechar de olhos” para o rol taxativo das causas de inelegibilidade, previsto na Lei de Ficha Limpa.

Com o devido respeito que temos com a Justiça Eleitoral, mas, através de tal entendimento, cria-se um censor de subjetividade de potencial ilimitado e não previsto em lei a ser utilizado na aferição das condições de elegibilidade e inelegibilidade, sem contar com a notória relativização do princípio da presunção de inocência.

Nesse contexto, defendemos algo que nos parece muito claro, ou seja, com o advento da lei de ficha limpa, não caberia, em qualquer hipótese, uma interpretação principiológica do art.14,§9º por parte das Cortes Regionais Eleitorais, pois careceriam, até mesmo, de competência para fazê-lo, uma

vez que o próprio Supremo Tribunal Federal o qual detém competência para interpretar a Constituição Federal, já enfrentou o tema e decidiu que o referido dispositivo não é autoaplicável, conforme remansosos precedentes.

Por fim, ressalvados entendimentos em contrário, acreditamos que não se moraliza a política relativizando outros direitos tão caros para a sociedade, ainda mais em se tratando daqueles inerentes ao exercício da cidadania, que devem ser interpretados restritivamente. A regra do processo eleitoral democrático é a elegibilidade, sendo a inelegibilidade a excepcionalidade, o remédio não pode ser mais amargo que a própria doença.

*Tiago Santos é advogado especialista em direito eleitoral, Desembargador Eleitoral biênio 2020/2022, Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense.

Curtinhas

Mais segurança para elas

As empresas de transporte por aplicativo terão que oferecer a possibilidade de motoristas mulheres só prestarem o serviço a passageiras do sexo feminino. A obrigatoriedade está prevista no Projeto de Lei 1441/2022, de autoria do vereador Marcio Santos (PV) e com emenda de Pedro Duarte (Novo) para um maior controle contra fraudes no processo. Atualmente, motoristas de empresas de transporte por aplicativo são obrigados a se apresentar à sede da empresa, levando CNH e dados da ficha criminal. O PL aguarda a sanção do prefeito Eduardo Paes.

Obras em São Gonçalo

Os moradores dos bairros Sacramento, Eliane e Iêda já podem comemorar o início das obras de infraestrutura que prometem transformar a região, assim como já foi feito no Pacheco, em Vista Alegre, no Boaçú, no Colubandê, dentre outros, e como está sendo feito no Jardim Bom Retiro. Fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado das Cidades com a Prefeitura de São Gonçalo, o projeto vai contemplar 126 ruas com drenagem, pavimentação, meios-fios e sinalização. O prazo para a conclusão das obras é de doze meses.

Parceria com autoescolas

As autoescolas poderão aplicar provas teóricas e fazer a coleta de imagem e de digitais dos condutores. A autorização consta no PL 4.034/21, do deputado Márcio Gualberto (PL), que a Alerj aprovou no início de outubro. De acordo com o texto, o Detran – RJ poderá ser autorizado a firmar convênio com o Sindicato das Autoescolas do Rio (Sindaerj) para que alguns serviços aconteçam diretamente nas próprias autoescolas. A medida ainda precisa ser aprovada em segunda discussão pela Alerj.

Capital do Mountain Bike



Conhecida como a Cidade Imperial, Petrópolis agora também será internacionalmente lembrada como a Capital do Ciclismo de Montanha – Mountain Bike do estado do Rio de Janeiro. A Lei 10.518/2024, de autoria do deputado estadual Sergio Fernandes (PSD), foi sancionada pelo governador Cláudio Castro (PL) no dia 26 de setembro. De acordo com o parlamentar, todos os anos, centenas de esportistas visitam a cidade para a prática do ciclismo, além do público que vai para assistir aos campeonatos.

Se os dados fornecem os fatos,
a **CRiE** te ajuda a contar
a sua história.

CRiE Agência Digital

Somos especializados em entender
o ambiente onde você está inserido,
para ajudar você a atingir os teus objetivos

 **21 96926-5960**

Pente-fino na Fundação Saúde

Vice-presidente da CPI da Transparência, o deputado Filipe Poubel (PL) protocolou um requerimento de pedido de informações em contratos da Fundação Saúde. O pente-fino foi solicitado após a contaminação por HIV de seis pacientes transplantados. O laboratório investigado pela contaminação pertence a um primo do ex-secretário de Saúde Doutor Luizinho, deputado federal e líder do PP na Câmara dos Deputados. A irmã de Doutor Luizinho trabalha na Fundação Saúde, órgão que assina o contrato com o laboratório.



Museu da Vida volta a reabrir aos sábados

O Museu Ciência e Vida, em Caxias, retomará suas atividades aos sábados a partir do dia 19 de outubro, após mais de quatro anos funcionando apenas de terça a sexta. A iniciativa é da Fundação Cecierj, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Em atividade desde julho de 2010, o Museu Ciência e Vida tem como missão popularizar o acesso à cultura, ao conhecimento e à arte. O museu fica na rua Aílton da Costa, S/N, no Jardim Vinte e Cinco de Agosto, em Duque de Caxias, e funciona de terça a sábado, das 9h15 às 17h. Mais informações pelo telefone (21) 2334-8476.



POR QUE VOCÊ PRECISA DE UMA ASSESSORIA DE IMPRENSA?

- Deseja fortalecer sua imagem?
- Quer ocupar mais espaço na mídia digital?
- Tem a intenção de atingir a um público maior?
- Quer divulgar projetos e propostas?
- Está em um momento de crise?

A **A3 Conteúdo e Comunicação** reúne tudo o que você precisa - imprensa, redes sociais e gestão de crise - em uma só agência!

Uma assessoria de comunicação completa com foco no setor político fluminense, que atua de acordo com a demanda de cada cliente.



Faça contato conosco para obter mais informações!
contato@a3ascom.com.br ou **(21) 97281-0146** (Whatsapp)



A RÁDIO QUE TEM
A CARA DO RIO.



SINTONIZE



www.radiocostaverdefm.com.br